

CONTROLADORIA ESTUDA IMPLANTAÇÃO DE AUDITORIA AMBIENTAL



Em 1972, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Estocolmo, na Suécia, acendeu uma luz vermelha na consciência dos representantes dos 113 países participantes, alertando para a necessidade da criação de padrões de qualidade ambiental. A década de 1980 conviveu com a efervescência de movimentos ecológicos e sociais em defesa de uma vida ambientalmente mais correta. Comemorou-se algumas conquistas: em muitos países surgiram leis regulamentando as atividades industriais poluidoras e, no Brasil, foram instituídos os Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente (EIA-RIMA).

As principais ações foram a adoção de medidas referentes às auditorias da Fórmula Indy (a corrida foi cancelada) e do Grande Prêmio Mundial de Motovelocidade, que geraram R\$ 14 milhões de economia, e a renegociação do contrato entre a IplanRio e a Unisys na compra de equipamentos de informática de grande porte para atender a Prefeitura. Nesse caso, conseguiu-se economizar R\$ 11,2 milhões - o equivalente a US\$ 5,1 milhões.

Este texto responde à enquete "Auditoria ambiental: você sabe o que se trata?".
O resultado foi o seguinte: 5 pessoas responderam "sim", 32 "não" e 11 "em parte".

O desafio das mercocidades

A correta aplicação do dinheiro público é tema de livro editado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.

Controle da despesa pública

A correta aplicação do dinheiro público é tema de livro editado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul.

EDITORIAL

Custos: implantação no setor público

Lino Martins da Silva

A gestão dos serviços públicos se inscreve como atribuição obrigatória da administração municipal que, nos termos legais, deve perseguir o permanente atendimento à sociedade e cuja continuidade deve estar garantida por uma sólida administração orçamentária, financeira e de controle.

Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal inclui previsão de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - disporá, entre outras, de “normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento” que, no âmbito do Município do Rio de Janeiro foi introduzido pela Lei 3.254/01 (art. 44) e materializado pela recente Mensagem do Prefeito à Câmara dos Vereadores.

Trata-se de iniciativa pioneira no âmbito do setor público, vez que a maioria dos órgãos públicos considera como custo apenas os preços das aquisições de bens e serviços obtidos nos processos licitatórios e, conseqüentemente, não leva em conta o valor da mão-de-obra e outros custos complementares que agregam valor aos bens ou serviços prestados à sociedade.

O objetivo do Projeto de Lei ora encaminhado, é discutir as necessidades crescentes do setor público para adequar os custos e qualidade dos serviços aos critérios de eficácia e racionalidade, bem como colocar à disposição dos administradores municipais ferramentas e informações necessárias para avaliar os serviços, tomar decisões adequadas de planejamento e efetuar o controle da gestão com independência.

Ao realizar esse esforço, o Município do Rio de Janeiro está em sintonia com a tendência crescente do controle e auditoria no setor público, muito mais voltado para o desempenho baseado nos princípios da eficácia, eficiência, economicidade e avaliação dos resultados do que para a regularidade voltada para o cumprimento da legalidade e dos aspectos orçamentários e financeiros.

O encaminhamento do Projeto de Lei reforça a idéia de que qualquer sistema de custos no setor público deve estar sempre em consonância com quatro aspectos fundamentais de fornecimento dos serviços públicos e estruturadores do sistemas de informação da gestão.

- Planejamento – constitui a fase de elaboração das estratégias onde tem lugar a definição dos objetivos do serviço a ser prestado;
- Orçamento – é uma fase chave no conjunto, pois é através dele que são identificadas todas as atividades e projetos, mediante as diversas variáveis e magnitudes identificadoras do serviço, utilizando as mesmas unidades de análises que, mais tarde, proporcionarão o sistema de obtenção de custos e de informações para o controle da gestão.
- Gestão – é nesta fase que se detecta a importância da administração em relação à especificação de objetivos e na qual deve existir clara separação entre a esfera política – própria da administração – e a técnico-econômica da organização, sem que isto represente independência, mas sim equilíbrio entre a necessidade de controle pela própria administração e autonomia, por parte da organização, para tomada de decisões.
- É durante a etapa de gestão que se produz o controle prévio da execução do serviço. Trata-se de um controle interno, detector e corretor da gestão, cuja base reside na existência de um sistema de informações apropriado para avaliar a execução, a qualidade e os custos.
- Controle de gestão – é uma etapa de responsabilidade da administração que deve controlar o fornecimento dos serviços prestados à sociedade. É exatamente nesta fase que as técnicas tradicionais da legalidade, eficácia e eficiência como otimizadoras da relação entre objetivos sociais e econômicos se unem aos aspectos da estrutura orgânica, funcional e de procedimentos e meios, bem como ao estudo da dimensão e sua adequação às funções a realizar para a melhora do emprego dos recursos.

Portanto, ao encaminhar o projeto de lei em referência, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro pretende dar aos gestores municipais uma ferramenta que lhes permita avaliar a economicidade, eficiência e eficácia, podendo aproximar, cada vez mais, independentemente do que estabelece a Lei, a responsabilidade fiscal da responsabilidade social.

ENTREVISTA

Alfredo Meneghetti Neto, Economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS)



Alfredo Meneghetti Neto é economista da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutorando em História Econômica pela PUC/RS, tem vários textos publicados na área das finanças municipais. No IV Congresso Internacional sobre estudos Ibero-Americanos, realizado em outubro de 2000 em Porto Alegre (RS), apresentou um estudo sobre as Mercocidades.

Pre\$tando Conta\$ – Em que contexto surgiram, nos anos 1990, as Mercocidades?

Alfredo Meneghetti – Vou falar sobre o conceito de globalização apresentado por Ferrer (1999). Depois da Segunda Guerra Mundial, tem havido um crescimento muito forte das relações internacionais, a um ritmo mais intenso do que a produção. É a integração real da globalização, representada pelo crescimento do comércio, dos fatores de produção, dos investimentos e das migrações. Um outro dado a ser considerado é a globalização virtual, onde não são pessoas nem bens que se movem, mas papéis, imagens, sons e títulos em função do avanço fantástico das telecomunicações e da informática. O outro campo da globalização são os marcos regulatórios estabelecidos pelos organismos internacionais. A partir desses elementos da globalização (a real, a virtual e os marcos regulatórios) pode-se caracterizar a chamada divisão fundamentalista da globalização: a idéia que se vive em um mundo sem fronteiras, que os estados nacionais têm perdido importância e que as decisões fundamentais são tomadas pelos atores internacionais, ou seja, pelas corporações internacionais e pelos mercados financeiros. Então, no mundo contemporâneo já não é mais possível que os países decidam seus próprios destinos como era no passado. E isso é uma mudança extraordinária porque o princípio político tradicional democrático, desde o século 18, é o de que a soberania reside no povo e os governantes são eleitos para trabalhar pelo bem comum. Para a divisão fundamentalista, a soberania não reside mais no povo e os governantes trabalham para o setor especulativo internacional e têm metas a cumprir estabelecidas por esse setor. É nesse ambiente dos anos 1990 que surgem as chamadas mercocidades.

Pre\$tando Conta\$ – Quantas cidades fazem parte da rede de mercocidades? Quais são as cidades brasileiras que participam?

Alfredo Meneghetti – A rede de mercocidades dispõe de 46 cidades que estão localizadas em quatro países: Argentina, Brasil, Uruguai e Chile. O Brasil participa com 19 cidades: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Juiz de Fora, Londrina, Piracicaba, Porto Alegre, Recife, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio de Janeiro, Salvador, Santa Maria, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo.

Pre\$tando Conta\$ – O sr. diz em seu texto “A Problemática das Mercocidades”, que a falta de reconhecimento das mercocidades pelos governos federais que integram o Mercosul, traz problemas de ordem política para a rede. Como se posiciona o governo brasileiro?

Alfredo Meneghetti – No caso do Brasil, sabe-se que a condução da política externa é de competência exclusiva do governo federal. Dessa forma, as iniciativas internacionais dos municípios e dos estados devem ser conduzidas em estreita coordenação com o Itamaraty. Existe, evidentemente, uma preocupação do governo para que as ações das unidades federadas estejam em consonância com os princípios diretores da política externa brasileira. Nesse sentido é que foi criado, em junho de 1997, a Assessoria de Relações Federativas do Itamaraty, destinada a monitorar os movimentos das instâncias sub-nacionais. Mas através dos documentos oficiais das mercocidades, ainda pode-se notar que o seu discurso dispõe de um tom separatista de outras esferas governamentais.

Pre\$tando Conta\$ – Qual outra dificuldade o sr. apontaria?

Alfredo Meneghetti – A falta de adequação da legislação tributária. O grande problema que existe nos países do Mercosul é a falta de harmonização tributária. Cada país apresenta um tipo de sistema tributário totalmente diferente um do outro. A propósito, a unidade temática de legislação tributária foi extinta em

setembro de 1996.

Controladoria estuda implantação de auditoria ambiental

Segundo a auditora geral Márcia Andréa da Silva, “a Controladoria não deve restringir-se ao exame das partes contábil e legalista de processos mas entrar no mesmo ritmo das mudanças que ocorrem na área pública municipal”. No ano passado, a Auditoria Geral chegou a desenvolver alguns trabalhos na área ambiental coordenados pelo engenheiro químico Paulo Braga. Criou-se, na época, o embrião de uma iniciativa da qual faz parte a monografia Auditoria ambiental, uma ferramenta de gestão empresarial – técnicas e procedimentos, defendida na Universidade Federal Fluminense (UFF) como parte dos créditos necessários para a obtenção de diploma do curso de especialização em Contabilidade e Auditoria. No texto, as auditoras Cláudia Lima Felix e Ednalva Maria Mariano Consuli mostram as fases de planejamento e elaboração de programas, definem o perfil e as exigências comuns a um auditor ambiental e tratam das técnicas das auditorias de campo e de análise dos resultados da coleta de dados.

Inspirada na auditoria contábil, “a auditoria ambiental é uma das ferramentas do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que facilita o controle de gestão, identifica as áreas nas quais o desempenho ambiental não atinge os padrões exigidos e propõe ações gerenciais e corretivas”, explica Cláudia Lima.

Hoje, o auditor contábil não encontra dificuldades para fazer auditorias relativas à legalidade de um contrato: para isso, basta recorrer à legislação. Mas caso precise analisar uma atividade específica - como desmatamentos, destino do lixo hospitalar, medição de ruídos provocados por obras ou tratamento de aterros sanitários - os auditores da CGM terão que recorrer aos técnicos e especialistas da Prefeitura.

Planejamento estratégico é tema de encontro

Um controle mais ágil, menos formal e com resultados. Essa foi a fórmula discutida pela equipe da Controladoria Geral do Município (CGM) no primeiro encontro deste ano, dia 6 de agosto, no Riocentro, com a presença do prefeito Cesar Maia, sobre os rumos que devem tomar o seu planejamento estratégico.

Na palestra aos dirigentes, assessores e técnicos da CGM que participaram do evento, o Controlador Geral, Lino Martins da Silva pregou o abandono gradativo do controle de conformidade pelo controle de resultados. “Antes, dava-se ênfase nas transações e na busca de culpados. O objetivo era detectar fraudes. Agora, o enfoque passou a ser mais pró-ativo, não só prevenindo as perdas, mas fortalecendo a eficiência e identificando os riscos”, frisou.

Segundo o prefeito, o controle das ações do governo exige velocidade para perceber e tomar decisões em rede de consultas, envolvendo muitos órgãos colegiados. Ele acredita que, apesar da convivência com as restrições legais impostas por modelos administrativos atrasados, pesados, divorciados da evolução tecnológica, a Prefeitura conta com o apoio estratégico da Controladoria para agir informalmente na construção de uma organização nova, que é o caso das macrofunções, com o objetivo de cumprir as funções básicas de governo. A macrofunção de Gestão, por exemplo, reúne o Gabinete do Prefeito, as secretarias de Administração, Fazenda e Governo; a Procuradoria, a Controladoria, a Superintendência de Patrimônio e o Previ-Rio. Radiografia – Ao fazer uma radiografia da Controladoria, Lino Martins destacou as matrizes do controle baseado em risco, probabilidades e impacto (pequeno, moderado, grande ou catastrófico) que devem ser utilizadas nas auditorias. Condenou a proliferação de “sisteminhas” de informática nas secretarias, empresas e autarquias da administração municipal, anunciando que deverão desaparecer com a redefinição da ação da Empresa Municipal de Informática (IplanRio). O Controlador também apresentou os investimentos da CGM no treinamento de servidores e as economias geradas pelas ações do órgão, além de exibir gráficos, com tempo médio de permanência dos processos no seu gabinete: oito dias, o que foi considerado bom.

A coordenadora Geral de Normas e Informações Gerenciais (CIG), Tanize Ribeiro, encerrou os trabalhos na parte da manhã com a apresentação da nova estrutura do seu setor. À tarde, quatro grupos de estudos (Contabilidade, Auditoria, Normas e Informações Gerenciais e Tecnologia/Informática) apresentaram os

relatórios das reuniões. Na área de Contabilidade foi discutido o papel do Novo Fincon, sistema que concentra dados orçamentários e financeiros do município e sua integração com o sistema de custos. O grupo de Auditoria deu destaque ao controle de gestão estratégica; à avaliação de risco, análise de indicadores de desempenho e às ações de controle no desempenho operacional das Secretarias. A equipe de Normas e Informações Gerenciais debateu, entre outros pontos, o sistema de preços máximos e mínimos como referência para aquisição de materiais e serviços e a racionalização do sistema de consultas operacionais e a codificação das tabelas de custos. A área de Tecnologia e Informática reforçou a reorganização do sistema de informatização.

Merenda escolar terá sistema inovador

O Rio de Janeiro possui condições ideais para descentralizar por etapas os recursos destinados à merenda escolar nas 1.029 escolas da rede municipal, a maior da América Latina, segundo dados da Assessoria Técnica de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação (SME). O grupo de trabalho criado pelo prefeito Cesar Maia para estudar o assunto chegou a essa conclusão depois de visitar os estados da Bahia, Tocantins, Minas Gerais e Santa Catarina, onde colheu informações para a proposta de remodelação do sistema da merenda escolar no município.

Atualmente são gastos no Rio cerca de R\$ 54 milhões com a merenda escolar no fornecimento mensal de 11 milhões de refeições aos 700 mil alunos das escolas municipais. Desse total, um terço é repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e dois terços são recursos complementados pela Prefeitura. Com a descentralização ou “escolarização” da merenda, as diretoras das escolas terão autonomia para administrar os recursos de acordo com a necessidade de cada unidade de ensino. Na rede municipal existem hoje mais de quatro mil merendeiras efetivas.



O grupo formado por quatro representantes da Secretaria Municipal de Educação, a quem coube a coordenação, um da Procuradoria e dois da Controladoria Geral do Município (CGM) constatou no relatório final que a cidade do Rio de Janeiro – em alguns aspectos gerenciais, jurídicos e de acompanhamento e controle – possui experiência superior aos estados visitados. Quanto ao modelo de gestão e controle, o único estado que apresentou inovação foi Santa Catarina, onde o orçamento foi descentralizado para escolas com mais de 700 alunos.

Segundo dois integrantes do grupo de trabalho – o assessor de gabinete da Controladoria e gestor do Sistema de Gêneros Alimentícios (Sisgen) da CGM, Gilmar Felipe de Moraes, e a gerente setorial de Contabilidade e Auditoria junto a Secretaria Municipal de Educação, Rosane Affonso – todo o processo da merenda foi avaliado in loco. Desde a parte contábil, operacional e de controle até os aspectos legais do sistema junto às secretarias de Educação, Procuradoria e ao Tribunal de Contas dos estados. Na cidade do Rio de Janeiro, ao contrário das demais capitais, o ensino fundamental é quase 100% municipalizado porque grande parte do patrimônio da rede escolar foi herdada do antigo Estado da Guanabara: por isso os parâmetros da pesquisa foram as redes estaduais.

O grupo também verificou que, em relação às aquisições de gêneros alimentícios, Tocantins e Bahia possuem comissões de licitação localizadas nas unidades escolares, treinadas e orientadas pela Comissão Permanente de Licitação do órgão central da Secretaria Estadual de Educação. Em Santa Catarina, a

licitação dos alimentos não perecíveis é realizada semestralmente e, em Minas Gerais, não há processo formal de licitação respaldado em pareceres da Procuradoria Geral. De acordo com os representantes da CGM, no Rio a licitação da merenda escolar é centralizada pela Secretaria Municipal de Administração, mas o pedido, a conferência, a atestação da nota e o recebimento das mercadorias estão descentralizados nas escolas.

ESTANTE

O contador como fator de proteção da sociedade



A despesa pública: alguns enfoques preambulares
José Olavo do Nascimento
Editora CRC-RS, 2001.
176p.

O livro *A Despesa Pública, alguns enfoques preambulares* é um ensaio sobre o tema e tem como objetivo sensibilizar os administradores e órgãos de controle para a correta aplicação do dinheiro público.

Escrito pelo professor e contador José Olavo do Nascimento, desde 1999 membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, e editado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, o livro serve como alerta para a séria situação em que se encontra a administração pública brasileira. Com problemas comuns condenáveis – a impunidade, por exemplo – e dependendo de leis que precisam ser revistas e aperfeiçoadas, a despesa pública no Brasil carece de uma solução rápida e eficaz para combater tais desvios: “a sociedade brasileira está pagando um preço altíssimo pela ignorância, pela organização defeituosa e pela desonestidade”, diz o autor.

Nesta segunda edição, atualizada e ampliada, o professor José Olavo do Nascimento desenvolve de maneira didática alguns aspectos teóricos, técnicos e da legislação da despesa pública, como a sua evolução conceitual, a política de gastos, fases administrativas, o empenho, a liquidação, o pagamento, o regime de adiantamento e as despesas extra-orçamentárias. O capítulo final é dedicado à eficiência, à eficácia e à economia como medidas adicionais para o controle das fraudes.

O novo milênio já começou



Technofutures: como a tecnologia de ponta transformará o século 21

James Canton

Editora Best Seller, 2001.

399p.

James Canton está entre os estudiosos de tecnologias mais respeitados do mundo. Definindo-se como um futurista fascinado pelo efeito que os recursos tecnológicos exercem sobre nós e sobre o que nos cerca, ele apresenta no livro *Technofutures* o resultado de 20 anos de análise do impacto das tecnologias nos negócios, nos mercados e nos consumidores. Canton teve o privilégio de presenciar como pesquisador o surgimento dos computadores pessoais, da internet, dos agentes inteligentes, da inteligência artificial, da TV interativa e dos modems, entre outros.

Por isso, *Technofutures* não é um livro técnico, mas um livro de idéias, perspectivas e previsões inspiradas pela tecnologia, afirma o autor. "Muitas das mudanças baseadas na tecnologia já estão diante de nossos olhos, mas poucos de nós percebemos quão abrangentes serão essas transformações iminentes e seus respectivos desafios. Precisamos de um 'mapa' da tecnologia e outro do território, de nosso possível futuro neste novo século. E é isso que estou tentando proporcionar."

O livro traz uma visão popular das ferramentas chave e das tendências que devem moldar nosso futuro. São elas: os computadores, as redes, a biotecnologia (que possibilita o mapeamento do genoma humano, por exemplo) e a nanotecnologia – a mais elevada tecnologia de criação concebida até hoje, que manipula a matéria em nível atômico para criar uma ampla gama de artefatos que constituem nossa realidade.

James Canton fundou o Institute for Global Futures em San Francisco, nos Estados Unidos, para prestar consultoria sobre o impacto estratégico das tecnologias de ponta junto aos clientes, aos mercados e à sociedade e sobre como planejar e criar estratégias eficientes para gerenciar o futuro.

IplanRio promove evento sobre segurança de informações

Para promover a conscientização dos funcionários municipais e disseminar conhecimentos sobre a política de segurança de informações adotada pela Prefeitura do Rio, a IplanRio realizou de 10 a 12 de julho o I Ciclo de Palestras sobre Segurança de Informações.

Com um público de aproximadamente 200 pessoas por dia, a iniciativa foi bem recebida pelos funcionários e pelos palestrantes, criando a possibilidade de realização de outros eventos semelhantes, já que o Ciclo serviu para esclarecer o assunto entre os funcionários da Prefeitura e como espaço de troca de experiência e debates entre técnicos e usuários depois das palestras.

Participaram como palestrantes funcionários de empresas governamentais (Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO) e do setor privado nacional e multinacional (UNICERT, Soft Consultoria, ACECO, True Access e ETEK do Brasil, entre outras). O ciclo foi organizado em três ambientes simultâneos de palestras, com abordagens técnicas e informativas sobre o assunto e tecnologias envolvidas. Entre os temas discutidos destacaram-se certificação digital, criptografia, biometria e normas internacionais de segurança.

O assessor em segurança de informações da IplanRio, Luiz Gonzaga do Nascimento, registra que várias empresas implantaram políticas de segurança de informações sem disseminarem esta cultura entre os funcionários. Na Prefeitura do Rio, nenhuma atividade nessa área tinha sido realizada antes do ciclo de palestras. A Assessoria em Segurança de Informações (ASI) da IplanRio, organizadora do Ciclo, enfatiza que é preciso desmistificar o tema e permitir que os funcionários municipais entendam as vulnerabilidades e as ameaças às informações em seu ambiente de trabalho e, assim, possam contribuir para minimizar os riscos. Para saber mais sobre o Ciclo e ter acesso ao conteúdo das palestras realizadas acesse o site do evento na intranet da Prefeitura, no endereço <http://ciclodopalestras> (somente para quem está na Prefeitura do Rio).

Videoconferência de arte e tecnologia acontece no Castelinho do Flamengo



Consciente das transformações que os meios de comunicação de massa e as novas tecnologias introduziram na sociedade e na arte atual, a Secretaria Municipal das Culturas, em conjunto com a Escola de Belas Artes da UFRJ, organizou em julho no Centro Cultural Oduvaldo Vianna Filho, o Castelinho do Flamengo, o evento Teleanamnesis, videoconferência internacional de arte e tecnologia.

O evento possibilitou a troca de idéias entre palestrantes cariocas e Derrick DeKerkhove, representante do Instituto McLuhan - sediado em Toronto, no Canadá - sobre os avanços tecnológicos que envolvem a produção artística atual, sintonizada com os meios eletrônicos. Avanços como a comunicação em rede mundial propiciam a exploração de novas possibilidades de comunicação e o surgimento de um vasto campo de experimentação artística no âmbito da realidade virtual.

Segundo Jacqueline Belotti, diretora do Centro Cultural, a relação do homem com a arte, a tecnologia e a comunicação mediatizada marca o novo conceito que deverá nortear as atividades promovidas no local, voltadas para as tendências pós-modernas no contexto artístico nacional e internacional, e contribuir para a ampliação do intercâmbio de informações entre público, artistas e instituições de pesquisa.

A concepção e coordenação geral do evento ficaram sob a responsabilidade de Simone Michelin, coordenadora do programa de pós-graduação em artes visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ. A Secretaria das Culturas ofereceu apoio cultural e a IplanRio - Empresa Municipal de Informática - forneceu toda a infra-estrutura e o suporte necessários à realização da videoconferência no espaço do Centro Cultural Oduvaldo Vianna Filho. Mais detalhes sobre o Teleanamnesis podem ser encontrados no site da Secretaria Municipal das Culturas.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessor: Sérgio Meireles

Pre\$tando Conta\$

Consultoria Editorial: Sonia Virgínia Moreira

Redação: Graça Louzada, Leila Nascimento e Sérgio Meireles

Edição de Arte e Ilustração: Zope

Produção: Lígia Vianna